

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.544 - RJ (2018/0130303-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : AUTO VIAÇÃO TRÊS AMIGOS S A  
**ADVOGADOS** : FERNANDO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA - RJ034320  
MAXIMINO GONÇALVES FONTES NETO - RJ017783  
DÉBORA FONTES SILVEIRA - RJ120627  
JULIA ELMÔR DA COSTA E OUTRO(S) - RJ141148  
**AGRAVADO** : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR** : RICARDO JOSÉ DA ROCHA SILVA E OUTRO(S) - RJ134996

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Auto Viação Três Amigos S.A., com base no art. 105, III, alínea "a", da CF/1988, em oposição a acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ementado nos seguintes termos (e-STJ, fl. 608):

Agravo Interno na Apelação Cível alvejando Decisão proferida pelo Relator que negou seguimento ao recurso.

Tributário. Compensação. IPVA. Créditos adquiridos com base na lei nº 4.510/2005, pela prestação de serviço público de transporte coletivo gratuito. Regulamentação da compensação pela resolução SEFAZ nº 117/2008, que não se revela ilegal ou inconstitucional. Incorre a alegada ilegalidade/inconstitucionalidade da Resolução SEFAZ nº 117/08, a regular a compensação de créditos pela concessão de gratuidade na prestação do serviço público de transporte coletivo, prevista na Lei Estadual nº 4.510/05, que ficou restrita à 3ª parcela do IPVA/08.

Possibilidade de regulamentação prevista na própria lei.

Precedentes deste E. Tribunal. Decisão desprovida de ilegalidade, abuso ou desvio de poder, prolatada dentro da competência do relator, não passível, na hipótese, de modificação.

Os embargos de declaração foram acolhidos, conforme a seguinte ementa (e-STJ, fl. 649):

#### **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.**

Omissão do julgado ao não apreciar documento inserto aos autos, situação que conduz à procedência dos embargos com enfrentamento do ponto omissio.

Fato superveniente extinguindo o interesse de agir, em razão da edição, no curso da demanda, da Lei nº 6.931, de 11.12.2014, concedendo a remissão dos débitos de IPVA, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2009.

Extinção do processo. Sem solução do mérito. NCPC, art. 485, VI.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os embargos sucessivos foram acolhidos em parte, nos termos que segue (e-STJ, fl. 675):

## **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.**

Omissão do julgado ao não se pronunciar sobre os ônus sucumbenciais. Contudo, pelo princípio da causalidade, diante da extinção do processo sem julgamento do mérito, por perda superveniente do objeto, as custas e honorários deverão ser pagas pela parte autora, pois deu causa à propositura de demanda. Embargos providos em parte.

Alega empresa agravante, nas razões do recurso especial, a existência de violação do art. 85, § 10, do CPC de 2015, ao argumento de que os ônus sucumbenciais deveriam ser invertidos, com fundamento no princípio da causalidade.

Nessa esteira, sustenta que, "muito embora haja a ora Recorrente ajuizado a presente ação em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, foi este quem deu causa ao processo ao vedar a compensação integral dos créditos da ora Recorrente através da Resolução SEFAZ n. 117/2008" (e-STJ, fl. 731).

A negativa de admissibilidade teve por fundamento a ausência de prequestionamento e o óbice da Súmula 7/STJ.

É o relatório.

Atendidos os requisitos de conhecimento do presente agravo, passo a examinar o recurso especial.

O acórdão foi claro em explicitar que seria caso de condenação em honorários sob a seguinte afirmação (e-STJ, fl. 677):

"[...] considerando que a recorrente visava a declaração de ilegalidade da Resolução SEFAZ nº 117/08, não logrando êxito em tal pretensão, sendo apenas reconhecida a superveniente perda do objeto, em decorrência da remissão dos débitos de IPVA, resta patente que deve ela arcar com o pagamento das custas e honorários advocatícios, mantidos em 10% sobre o valor atualizado da causa, conforme fixado pela sentença."

Concluiu, assim, que a empresa deu causa ao aforamento da demanda, sendo, desse modo, responsável pelo pagamento da verba honorária.

Para se chegar à solução diversa, e rever o entendimento do Tribunal de origem, quanto a quem deu causa ao ajuizamento da ação, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, no sentido de definir o cabimento da condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.**

**I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em**

07/11/2017, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de Ação Ordinária, ajuizada pela parte agravante em face da Fazenda do Estado de São Paulo, objetivando a declaração de nulidade de processo administrativo instaurado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, com indevida suspensão do registro de alterações societárias que retiraram os autores de empresas, sob fundamento de não observância do devido processo legal. O acórdão manteve a sentença que julgara improcedente o pedido, inclusive em relação aos ônus sucumbenciais, considerando a legalidade do processo administrativo em comento.

III. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, entendeu que a parte recorrente dera causa à instauração do processo, devendo arcar com os ônus da sucumbência. Assim, a modificação das conclusões a que chegou a Instância *a quo* - de modo a acolher a tese da parte ora recorrente em sentido contrário - demandaria, inarredavelmente, o revolvimento do acervo probatório dos autos, o que é inviável, em sede de Recurso Especial, em face da Súmula 7 desta Corte.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.130.636/SP, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/5/2018, DJe 9/5/2018)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VIOLAÇÃO ART. 147, § 2º, DO CTN. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICIALIDADE.

1. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente.

2. O Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 147, § 2º, do Código Tributário Nacional. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Incide ao caso, *mutatis mutandis*, o disposto nos enunciados de números 282 e 356 do STF.

3. Segundo o princípio da causalidade, aquele que der causa à instauração da demanda ou do incidente processual deve arcar com as despesas deles decorrentes. Assim, com fundamento na causalidade, o Tribunal *a quo* entendeu por condenar a recorrente a arcar com os ônus sucumbenciais.

4. Não cabe a esta Corte rever entendimento adotado pelo Tribunal de origem quanto ao princípio da causalidade, porquanto demandaria o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Fica prejudicada a análise do recurso especial no que tange à alínea 'c' do permissivo constitucional, porquanto a ausência de prequestionamento do

# *Superior Tribunal de Justiça*

dispositivo legal tido como violado e a incidência da Súmula 7/STJ impossibilitam a demonstração da similitude fática entre os arestos paradigmas e a decisão que se quer infirmar. Precedentes.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.506.945/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 24/3/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

